

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

03  
Fev  
2017



# CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

# PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

## Visita ao Tribunal em busca dos 11,98%

O presidente da Assembleia, Erick Musso, e o 1º vice-presidente Marcelo Santos fizeram ontem uma visita ao Tribunal de Justiça. Além de querer manter um bom relacionamento com a Justiça, Erick e Marcelo teriam ido para tratar com o desembargador Fabio Clem sobre a correção dos 11,98% no salário dos servidores – que estaria nas mãos do desembargador faltando apenas a homologação. A pressão dos funcionários é grande em cima de Erick.

## **Justiça do ES condena banco a indenizar cliente em R\$ 10 mil**

**Banco deixou que irmã fizesse saques não autorizados na conta da cliente. Instituição, funcionário e irmã terão que restituir valores extraídos.**

Um banco foi condenado, no final do mês de fevereiro, a indenizar uma cliente em R\$ 10 mil por danos morais, após permitir que a irmã dela fizesse saques não autorizados na conta. Além disso, a instituição, o funcionário que autorizou o procedimento, e a irmã da cliente vão ter que restituir a ela os valores extraídos indevidamente.

Segundo a autora da ação, o caixa do banco era namorado da irmã, e juntos, teriam arquitetado os saques na conta poupança, resultando em um desfalque patrimonial. Ao desconfiar da ação, a requerente procurou a instituição e disse que foi obrigada assinar uma declaração que autorizava a retirada do dinheiro.

Em defesa, a irmã afirmou que o dinheiro depositado na conta da autora pertencia ao pai, dela e que as movimentações foram realizadas com a autorização dele. O caixa que realizou as transações se defendeu, alegando ausência de provas, enquanto o banco disse que não existia ato ilícito.

Para o juiz da 3ª Vara Cível de Vitória, não há dúvidas quanto à existência do ato, já que a própria irmã da autora confessou ter realizado os saques.

Segundo o magistrado, a declaração apresentada, que autorizaria a irmã a sacar os valores, tem data de assinatura posterior ao ocorrido, e mesmo que a data fosse anterior aos fatos, a quantia só poderia ser movimentada por ela mesma ou por quem tivesse procuração pública para tanto, segundo o próprio gerente da unidade, em depoimento à época dos fatos.

Assim, o juiz concluiu que o banco autorizou, indevidamente, por meio de um funcionário, saques na conta da autora por uma não autorizada, sendo então responsáveis a instituição, funcionário e quem realizou os saques.

## **Município da Serra é condenado a pagar indenização por violar túmulo**

**Prefeitura foi condenada em 2015, mas entrou com recurso, que foi negado. Dona de túmulo encontrou restos mortais de estranho junto a filho e irmão.**

A Justiça manteve a condenação do município da Serra, que terá que pagar uma indenização de R\$ 10 mil à proprietária de um túmulo no Cemitério de Nova Almeida. No local teriam sido sepultados os restos mortais de uma pessoa que não pertence à família da mulher, sem a autorização dela.

Por nota, a Procuradoria-Geral da Prefeitura da Serra informou que, assim quer for intimada, vai adotar as providências cabíveis. Em 2015, o município já havia sido condenado, mas entrou com recurso.

Segundo a Justiça, além do pagamento de indenização, a prefeitura deve providenciar a retirada dos restos mortais da pessoa que não pertence à família da autora da ação.

De acordo com os autos, a mulher tem a concessão de um lote funerário no Cemitério Municipal de Nova Almeida, onde se encontram os restos mortais do filho e do irmão dela, sepultura que costuma visitar com frequência.

Em um determinado dia, ela notou algo diferente na ornamentação do túmulo e, ao procurar a administração do cemitério, foi informada que as modificações teriam sido realizadas pela família de uma pessoa chamada "Theobaldo", sepultado naquele sepulcro há quase um ano, autorizado pelo Departamento de Serviços do Município de Serra.

Ainda segundo os autos, a mulher apresentou ao responsável pelo cemitério o seu título de concessão, exigindo que fossem retirados do túmulo os restos mortais de qualquer pessoa estranha à sua família, mas foi informada de que nada poderia ser feito, já que uma possível exumação só poderia ser realizada após quatro anos de sepultamento.

Segundo a juíza da Vara da Fazenda Pública Municipal de Serra, ficou evidente o desrespeito da municipalidade com a mulher, que não foi consultada para ceder para terceiro um espaço no jazigo da família, que tinha como seu.

Além disso, a magistrada destaca que violação a sepultura é crime e fere a proteção constitucional dada ao sentimento religioso e ao respeito aos mortos.

### **Recurso**

A prefeitura já havia sido condenada pela caso em 2015, mas entrou com recurso logo depois. A Justiça decidiu por manter a sentença de primeiro grau que condenou o município.

Para o relator do processo no Tribunal de Justiça, a juíza de primeiro grau foi bastante clara ao estabelecer que o dano moral, nesse caso, decore justamente do ato praticado pela municipalidade "no tocante à inumação, não consentida, de terceiro estranho à estirpe da recorrida, no mesmo terreno que lhe havia sido anteriormente cedido, e onde se encontravam sepultados dois de seus familiares", destacou o magistrado, ressaltando ainda que o valor de R\$ 10 mil não se revela excessivo, sendo quantia suficiente para reparar o dano sofrido, sem ocasionar o enriquecimento ilícito da autora da ação.

## ESPECIAL SEGURANÇA

# 300 PMs AFASTADOS VÃO RETORNAR AO TRABALHO

Número se refere aos que respondem a processo disciplinar

◀ A Polícia Militar vai cancelar o afastamento de 300 policiais que respondem a Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PAD RO). Com isso, esses PMs passam a receber salário e voltarão a atuar nas ruas. No entanto, o processo segue seu curso. A informação é do comandante da PM, coronel Nylton Rodrigues, em entrevista à jornalista Fernanda Queiroz na CBN Vitória. "Os PADs RO são processos administrativos e demissionários. Toda vez que instauramos o PAD RO, o policial é afastado. Outros 60 policiais respondem ao Conselho de Disciplina. Eles têm mais de 10 anos de disciplina e não podem ter o afastamento cancelado, pois a lei não permite", explicou o coronel.



A jornalista Fernanda Queiroz entrevistou o coronel Nylton Rodrigues, comandante da PM, na Rádio CBN

## Concurso

De acordo com o comandante, ao todo, cerca de 2.500 policiais militares, acusados de motim e revolta, vão responder ao Inquérito Policial Militar (IPM) na Justiça Militar. Segundo o coronel, hoje a PM conta com 9.700 PMs. Ele afirma que, se houver redução na corporação devido a expulsão de policiais, "concursos serão abertos para fazer frente a essa redução".

## Companhias Independentes

O comandante da PM explicou ainda como será a reestruturação da corpo-

ração, começando pela criação de três companhias independentes em Vitória, Vila Velha e Serra. Ele afirmou que o comandante de cada batalhão da PM é responsável por até cinco companhias. "Já as companhias independentes terão, cada uma, o seu próprio comandante e subcomandante. A estrutura de cada uma delas será nova e maior que a de um DPM. A administração de uma companhia independente é pequena e enxuta, então funciona perfeitamente nesses locais. É sabido por todos que o município da Serra, por

“

A lei não me autoriza a cancelar o afastamento dos 60 que respondem ao conselho de disciplina”

—  
CEL. NYLTON RODRIGUES  
COMANDANTE DA PM

exemplo, tem uma necessidade grande de ter outra unidade da PM para reforçar o policiamento, assim como Vila Velha e Vitória. Então criamos essas novas companhias", disse.

O coronel disse que, na Serra, a companhia independente vai ficar em Feu Rosa, atendendo ainda as regiões de Vila Nova de Colares, Manguinhos, até Nova Almeida. Já em Vitória, vai abranger as regiões de Camburi, Mata da Praia, Jardim da Penha e Jardim Camburi. Em Vila Velha, a companhia ficará na região da Grande Terra Vermelha.

## Grupos táticos

Ainda segundo o coronel Nylton Rodrigues, o 1º Batalhão (Vitória), 4º Batalhão (Vila Velha), 6º Batalhão (Serra) e o 7º Batalhão (Cariacica) vão contar, cada um, com um Grupo Tático Móvel. Esse grupo fará o serviço que até então era feito por policiais da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam), que deixa de existir. No entanto, a Rotam servia todos os municípios da Grande Vitória, enquanto o Grupo Tático atenderá exclusivamente cada município. "A Rotam ia para as ruas em apoio aos bata-

lhões e estava disponível para todos os municípios do Estado. O problema é que quando a Rotam em algum momento estaria ocupada em um município, não poderia cobrir outro. A criação do Grupo Tático Móvel amplia esse atendimento", explicou o comandante.

## Interior

A Polícia Militar também fará mudanças nos Comandos de Polícia Ostensiva (CPOs). "Existiam três grandes comandos: o CPO Metropolitano, o CPO Sul e o CPO Norte. Estamos dividindo o Sul e o Norte, criando ainda o CPO Noroeste e o CPO Serrano, com um coronel comandando cada unidade. Quanto mais comando, supervisão e fiscalização, melhor o serviço prestado. Não houve aumento no efetivo de coronel e nem de tenente-coronel. Fizemos remanejamento interno, retirando da área de administração, por exemplo", explicou o coronel.

## Ação das mulheres

Para o coronel, está muito claro para todos que as reivindicações das mulheres são legítimas, mas a forma foi totalmente equivocada. "Existe uma mesa de negociação aberta com as mulheres. É preciso agir com razão e bom senso", salientou o comandante da corporação.

## Associação: reestruturação não é represália

◀ Ativo interlocutor do movimento que tirou os policiais militares das ruas e um dos porta-vozes das reivindicações da categoria durante a paralisação, o presidente da Associação dos Oficiais Militares do Estado do Espírito Santo (Assomes), major Rogério Fernandes Lima, elogiou as ações de reestruturação anunciadas pelo governo. Apesar de, na prática,

elas determinarem o rebaixamento do Batalhão de Missões Especiais (BME) e a extinção da Rotam, ele não identifica nas medidas retaliadas do governo aos membros dessas tropas. Segundo ele, não deverá haver insatisfações com as medidas.

"Não há, a meu ver, em princípio, sinalização de represália. Algumas coisas já eram pensadas pela polícia.

Regiões como a de Terra Vermelha já careciam dessa autonomia, porque são áreas grandes, que demandam efetivo. É uma decisão desejada pela própria estrutura da polícia. Temos que dar tempo ao tempo para analisar o resultado", declarou.

O major observa que o BME, "realmente, foi desestruturado". No entanto, a essência dessa tropa

de elite foi mantida, assim como a da Rotam.

## COMPANHIA

A atribuição anterior do BME será desempenhada, agora, pela Companhia Independente de Missões Especiais. A Rotam será absorvida por companhias independentes da Grande Vitória. Seus homens, inclusive, deverão

ser usados para policiamento tático móvel nos bairros, atividade semelhante a que desempenhavam anteriormente.

"Os batalhões já tinham o Grupo de Apoio Operacional (GAO). Agora, terão companhia mais robusta, com força tática dentro da unidade. Mesmo que tenham que fazer policiamento ostensivo, a formação desses policiais é voltada para isso", disse. (Vinicius Valfré)



Major Rogério: "Decisões já eram desejadas"

**ESPECIAL SEGURANÇA**

# ENTENDA AS MUDANÇAS NO POLICIAMENTO



**COMO É AGORA**



As tropas do Batalhão de Missões Especiais (BME) e da Rotam só atuam em operações específicas e hoje não são subordinadas aos comandantes dos batalhões dos municípios



**COMO SERÁ**



As cidades de Vitória, Vila Velha e Serra, que antes tinham somente os batalhões, agora vão ganhar **Companhias Independentes**, localizadas em Jardim Camburi, Jabaeté e Feu Rosa, respectivamente. As CIs terão 695 militares para o patrulhamento ostensivo em 74 bairros

O Batalhão de Missões Especiais (BME) transforma-se em Companhia Independente de Missões Especiais (CIME), e a sua nova sede será em Jardim América, Cariacica

A Rotam será extinta, e os 260 homens vão ser remanejados para o patrulhamento nos bairros



O efetivo será reduzido de 340 para 260

Os 80 homens remanejados para o patrulhamento nos bairros



**CARIACICA**



O comando do policiamento nessas três cidades ainda contará com um Grupo Tático Móvel, que vai executar as ações que eram feitas antes pela Rotam, porém agora subordinado ao comandante do batalhão para ser usado quando julgar necessário

## ESPECIAL SEGURANÇA



Entrada do Quartel do Comando Geral da PM, que foi liberado no último sábado, após 22 dias de bloqueio feito pelas esposas dos policiais durante greve dos militares

RICARDO MEDEIROS - 25/02/2017

# MULHERES DE POLICIAIS QUEREM NEGOCIAR NO TRT

## Grupo rejeita Ministério Público Estadual como mediador

▲ VICTOR MUNIZ  
vme@redgazeta.com.br

As representantes do movimento das mulheres dos policiais militares protocolaram, na tarde de ontem, um pedido para que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) seja o mediador das negociações com o governo do Estado.

O pedido foi feito pelo advogado Rafael Pimentel, após o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, decidir que o Ministério Público do Trabalho (MPT) não poderia mais mediar as negociações entre as partes. No último sábado, as mulheres e o governo do Estado negociaram o fim da greve da PM, que durou 22 dias, na sede do MPT.

De acordo com Pimentel, retirar o MPT da mediação prejudica o início de uma negociação que demorou



▲ advogado Rafael Pimentel protocolou o pedido das mulheres no tribunal

dias para evoluir. “Infelizmente, fomos surpreendidos com essa determinação. Quando íamos sentar e começar uma coisa racional, vem essa intervenção abrupta, externa, de cima para baixo”, afirmou.

As mulheres foram informadas, oficialmente, assim que chegaram para

a reunião que seria realizada com o MPT e o governo, na tarde de ontem.

Segundo o advogado, nenhum representante do Executivo esteve no local e tanto ele quanto as mulheres não haviam sido avisados que a reunião não aconteceria. Alguns minutos depois, as mulheres e o advo-

gado se dirigiram ao TRT, para protocolar o pedido de mediação em face do Ministério Público Estadual (MPES) e governo.

Apesar de o procurador-geral da República determinar que o assunto é de atribuição exclusiva do MPES, Pimentel acredita que o TRT seria a melhor

alternativa para mediar.

“Infelizmente a gente não enxerga a isenção necessária do MPES. Entendemos que é um órgão que sofre interferências do Executivo. Queremos ele presente, mas não conduzindo. Por isso, protocolamos o pedido de mediação ao TRT, que tem maior aptidão e tradição para esse tipo de negociação”, ressaltou o advogado.

### SECRETARIA

Por meio de nota, a Secretaria de Direitos Humanos do governo informou que não compareceu à reunião devido à decisão do procurador-geral da República.

Logo, segundo a nota, não haveria mais como o encontro ser realizado e, até que sejam dadas novas definições, pelas quais o governo está aguardando, não irá se manifestar.

## MPES: direitos serão garantidos

▲ Questionado se assumirá a mediação entre governo e representantes das mulheres dos militares, o Ministério Público Estadual (MPES) garantiu que seguirá adotando as medidas necessárias para a garantia dos direitos humanos fundamentais e dos indispensáveis serviços de Segurança Pública prestados pela Polícia Militar.

O órgão afirma que, desde o início da paralisação dos policiais militares, atuou intensamente para solucionar os impasses e garantir a proteção da sociedade.

O MPES informou que tomou todas as medidas judiciais e extrajudiciais, inclusive com o emprego constante de técnicas de mediação, promovendo o diálogo entre as partes.

Apesar de afirmar que vai atuar para garantir que a negociação ocorra, o órgão não revelou se alguma reunião ou rodada de negociação já foi marcada entre as partes.

### PONTOS DO ACORDO MEDIADO PELO MPT

#### ○ QUE FOI NEGOCIADO

##### ▼ Fim da greve dos PMs

Após a discussão de propostas de ambas as partes, as mulheres dos PMs e o governo do Estado negociaram a desobstrução das portas dos quartéis a partir do

meio-dia do último sábado, dia 25.

##### ▼ Novos PADs

Não serão abertos novos Processo Administrativo Disciplinar (PADs), mas os que já foram iniciados serão mantidos. Não haverá anistia às punições

que já foram determinadas. Os policiais que respondem a Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PADs RO) e estavam afastados vão retornar ao trabalho. O afastamento que iria acontecer será cancelado.

##### ▼ Retorno dos PMs transferidos

Os PMs terão um prazo de até 45 dias para se apresentarem nos batalhões para onde foram transferidos para voltarem ao batalhão ao qual fazia parte antes da greve. O

governo vai promover essa transferência.

##### ▼ Mudanças em unidades da PM

O governo se comprometeu em alterar e reformular unidades da PM, com o compromisso de não transferir policiais.



GUSTAVO FORATTINI - 07/02/2017

CARROS DO EXÉRCITO nas proximidades do 38º Batalhão: transição do policiamento para a PM está sendo feita de forma gradual

REESTRUTURAÇÃO DA PM

# Tropas federais deixam ruas e ficam de prontidão

Militares saem das ruas gradativamente, mas continuam dentro do 38º Batalhão, prontos para atuar, se forem acionados

Os poucos, as tropas da Força-Tarefa Conjunta Capixaba que estão no Estado desde o último dia 6 deixam as ruas e ficam de prontidão no quartel do 38º Batalhão de Infantaria (BI), em Vila Velha.

Assim, o quantitativo de 3.454 homens das tropas federais continua o mesmo. Ainda existem mili-

tares fazendo o patrulhamento nas zonas sensíveis, como terminais de ônibus e aeroporto.

A decisão faz parte da transição gradual do policiamento da Força-Tarefa Conjunta Capixaba para a Polícia Militar. Foi realizado, inclusive, um Estudo de Situação e Planejamento da Operação.

O porta-voz da Força-Tarefa, tenente-coronel Marcos Roberto Boaventura, explicou ontem que essa transição vem sendo realizada desde o retorno das atividades da Polícia Militar, de forma gradual e constante.

Ele ressaltou que o efetivo que sai do patrulhamento nas ruas fica preparado e atento para atuar a qualquer hora do dia, caso seja ne-

cessário, analisadas as demandas que chegam até o Comando da Força-Tarefa Conjunta Capixaba.

Os quatro helicópteros e as tripulações também estão de prontidão. Enquanto ficam no 38º BI, prontos para agir, os militares passam por treinamentos.

O tenente-coronel garantiu que os militares somente sairão da atividade de patrulhamento nos locais onde a Polícia Militar restabeleceu o controle de suas atividades. A Força-Tarefa Conjunta Capixaba continua realizando ações de Garantia da Lei e da Ordem em vários pontos do Estado.

MUNICÍPIOS

O mesmo ocorre fora da Grande

Vitória. Em Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, os militares do Exército que estavam no município desde o dia 11 de fevereiro deixaram a cidade ontem para se apresentar ao 38º BI.

Durante 19 dias, cerca de 120 militares do Exército e 10 viaturas fizeram o patrulhamento das ruas de Cachoeiro. Nas redes sociais, o prefeito da cidade, Victor Coelho, agradeceu a ação dos militares.

“Fica nosso agradecimento ao general Katibe, Adilson Carlos Katibe, comandante da Força-Tarefa Conjunta; aos comandantes da tropa em Cachoeiro, tenente Monteiro e capitão Alex Bruno e a todos os soldados pelo excelente trabalho”, afirmou o prefeito.

## Permanência garantida até a próxima quarta-feira

Mesmo com o fim da greve da Polícia Militar, as tropas federais ficam no Estado até a próxima quarta-feira, segundo garantiu ontem a assessoria do Ministério da Defesa.

As tropas federais chegaram ao Espírito Santo no dia 6 de fevereiro e deveriam ter ido embora no último dia 23, mas esse prazo foi prorrogado a pedido do governo do Estado.

A permanência das tropas foi garantida por meio de um decreto, que foi assinado pelo presidente da República, Michel Temer, na ocasião.

Na época, ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse que a prorrogação foi necessária porque uma pequena parte da Polícia Militar capixaba ainda continuava amotinada no Quartel da Polícia Militar e batalhões.

O ministro Jungmann, em entrevista recente, afirmou que o compromisso do governo federal é com a segurança e a integridade da população.

“O importante é o compromisso que assumimos com o povo capixaba”, afirmou o ministro.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública reforçou que a validade do decreto é até o dia 8, ou seja, quarta-feira.

LEONE IGLESIAS - 23/02/2017



SOLDADOS patrulham orla de praia

FORÇAS FEDERAIS

3.454 MILITARES ESTÃO NO ESTADO

ELES UTILIZAM 227 viaturas terrestres, 4 blindados guarani, 3 blindados piranha e 4 helicópteros militares.



ORIGEM DAS TROPAS

- > RIO DE JANEIRO (Exército, Marinha e Aeronáutica)
- > NITERÓI (Exército)
- > VILA VELHA (Exército)
- > JUIZ DE FORA-MG (Exército)
- > SÃO PAULO (Força Aérea)
- > BRASÍLIA (Força Nacional)
- > SÃO PAULO (Força Nacional)
- > SANTA CATARINA (Força Nacional)

Fonte: Força-Tarefa Conjunta Capixaba.

## Radiopatrulhas na Praça do Papa

Uma cena tem chamado a atenção de quem passa pela Praça do Papa, na Enseada do Suá, em Vitória. No local, há dezenas de viaturas da Polícia Militar, assemelhando-se a uma espécie de pátio alternativo.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública informou que as viaturas estão no local “por questão de logística, mas já estão retornando para suas unidades de origem”. Já a PM garantiu que os veículos estão sendo retirados do local e utilizados para o patrulhamento motorizado durante todo o dia.

A Praça do Papa era um dos pontos onde policiais se encontravam para responder à chamada operacional, durante os dias de greve.

LEONE IGLESIAS



VIATURAS paradas na Praça do Papa, em uma espécie de pátio alternativo



VIATURAS foram retiradas do batalhão e posicionadas em frente ao Posto Integrado de Atendimento ao Cidadão

#### REESTRUTURAÇÃO DA PM

# Policiais retiram carros de batalhão

**Medida, segundo comando de Guarapari, foi para prevenir que radiopatrulhas não ficassem retidas em caso de novo protesto**

O Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (CIAC) localizado na Praia do Morro, em Guarapari, foi tomado por uma grande quantidade de viaturas na noite de ontem. É onde funciona a 1ª Companhia do 10º Batalhão da Polícia Militar. O comando decidiu direcionar os veículos para prevenção de um novo movimento das mulheres de PMs. “Em modo de prevenção para evitar eventuais transtornos futuros, decidimos encaminhar grande parte das viaturas para o local onde funciona a 1ª Companhia do Batalhão de Guarapari. Assim, se

as mulheres voltarem com o movimento os veículos não ficarão presos”, disse o comandante, tenente-coronel Pessanha.

A suspeita de que as mulheres possam voltar com o movimento surgiu, segundo o comandante, pela insatisfação que algumas manifestaram com o que chamaram de falta de diálogo do governo.

#### NEGOCIAÇÃO

Na última sexta-feira, ao saírem da frente do 10º Batalhão, as mulheres informaram que o movimento não estava sendo encerrado, mas sim paralisado para que houvesse policiamento durante o período de Carnaval.

“Não estamos encerrando, mas sim, parando para uma nova oportunidade. Sabemos que neste período de Carnaval, devido ao fluxo de pessoas e com a ausência da PMES, mais vidas poderão ser ceifadas. Justamente por entendermos que é grande a lacuna deixada

na segurança deste Estado pela não presença da PMES, é que estamos hoje, dia 24/02/2017, após diálogo com o comando desta unidade, liberando os portões do Décimo Batalhão”, informaram por meio de documento.

Observando que o Carnaval acabou, o tenente-coronel Pessanha está recioso que elas possam voltar com a greve.

“Nós tivemos um diálogo muito bom com as mulheres, mas vendo que não é uma causa restrita a Guarapari, então resolvemos nos prevenir retirando as viaturas de dentro do Batalhão”, relatou o comandante.

Uma viatura do Batalhão de Missões Especiais (BME) também estava posicionada na noite de ontem em frente ao Quartel do Comando-Geral (QCG), em Maruípe. Sobre o posicionamento de viaturas em frente a unidades policiais, a PM respondeu que não comentará.

## Mulheres de PMs não descartam novo protesto

Mulheres e amigos dos policiais militares não descartam a possibilidade de novos protestos, caso, segundo eles, o governo não abra diálogo para negociar suas reivindicações.

Na manhã de ontem, estava agendada uma reunião entre as mulheres e o governo com a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT), como acordado em reunião iniciada na noite da última sexta-feira e finalizada na manhã do sábado, na sede da instituição, na Mata da Praia, em Vitória.

Entretanto, uma decisão do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, impossibilitou o MPT de atuar como mediador no conflito e reconheceu o Ministério Público do Estado (MP-ES) como o órgão a ter atribuição de mediar as negociações entre manifestantes e governo.

Uma das porta-vozes do movi-

mento afirmou que as mulheres foram notificadas oficialmente da decisão apenas ao chegarem a uma reunião na manhã de ontem.

Ela revelou que as mulheres ainda estão estudando o que poderá ser feito, caso o governo não cumpra o acordo assinado com elas na reunião da semana passada.

A representante não descartou a possibilidade de novas manifestações serem realizadas, mas não informou detalhes de como seriam. A porta-voz disse apenas que todos os tipos de manifestação são válidos, se estiverem dentro da legalidade.

O advogado da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e que representa as mulheres no processo, Rafael Pimentel, revelou que reuniões de articulação vão ser realizadas nas companhias e batalhões. “Quem decide efetivamente são as mulheres e são elas que vão decidir se retomam”, disse ele.



MULHERES de policiais em frente ao Ministério Público do Trabalho

## Pedido para TRT mediar

Após serem notificadas oficialmente da decisão do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que reconheceu a atribuição exclusiva do Ministério Público do Estado (MP-ES) na mediação das negociações entre mulheres dos policiais militares e governo, as manifestantes protocolaram pedido de mediação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES).

O pedido em face do governo do Estado e MP-ES foi protocolado na tarde de ontem e teve como motivação o fato de as mulheres não reconhecerem isenção no MP-ES para conduzir o processo.

“Infelizmente, a gente ainda não emerge no Ministério Público a isenção necessária para conduzir o processo. A gente sabe que no Ministério Público há uma série de interferências do Executivo. Queremos o Ministério Público do Estado presente, mas não conduzindo a mediação”, explicou o advogado da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que representa as mulheres no processo, Rafael Pimentel.

Em nota, o MP-ES informou que desde o início da paralisação dos policiais militares, em fevereiro, tem atuado para solucionar o impasse e garantir a proteção da so-

cidade, inclusive com o emprego de técnicas de mediação e promovendo diálogo entre os envolvidos.

O MP-ES ressaltou que sua atribuição para atuar no caso foi confirmada por Janot.

“O M-PES reitera que seguirá adotando as medidas necessárias para a garantia dos direitos humanos fundamentais e dos indispensáveis serviços de segurança pública prestados pela Polícia Militar”, diz trecho da nota.

#### SAIBA MAIS

## Exclusividade do Ministério Público

#### Acordo

> DE SEXTA-FEIRA (24) para sábado (25), as mulheres dos policiais militares e o governo agendaram uma reunião, com mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT), para a manhã de ontem para discutir as pautas do movimento.

#### Decisão

> UMA DECISÃO do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, no entanto, reconheceu a exclusividade do Ministério Público do Estado (MP-ES) para atuar como mediador



RODRIGO JANOT: decisão

do conflito e impossibilitou a participação do MPT no processo.

> JANOT DESTACOU que os servidores afetados - policiais militares - são vinculados ao ente estadual por relação de caráter jurídico-administrativo, o que evidencia a incompetência da Justiça do Trabalho para julgamento de eventual litígio decorrente dessa relação.

> JANOT concluiu que “assim, em razão do vínculo jurídico-administrativo que liga os policiais militares ao estado do Espírito Santo, é do MP-ES a atribuição para oficiar nos autos”.



RAFAEL PIMENTEL: protocolo

## GUARAPARI

# Vereador do helicóptero é indiciado

**Bim da Ambulância terá de responder por dois crimes, após ser indiciado pela polícia**

« A Polícia Civil de Guarapari indiciou o vereador Rubens Gonçalves de Brito (PSDB-MG), conhecido como Bim da Ambulância, que pousou um helicóptero na praia da Bacutia em 27 de janeiro. Segundo o inquérito, finalizado em 23 de fevereiro, ele vai responder por expor a perigo a aeronave que estava utilizando - artigo 261 - e por expor a risco de saúde ou de vida as pessoas que estavam na

praia - artigo 132.

Se for condenado pelos dois crimes, ele pode pegar de dois a sete anos de prisão. Segundo a Polícia Civil, Rubens colocou em risco os banhistas que estavam no local. Ele também não relatou nenhum tipo de pane na aeronave e nem um motivo plausível para pousar em um local cheio de pessoas e sem nenhuma segurança. O inquérito já foi encaminhado à Justiça Federal, em Vitória.

A reportagem conversou com o vereador ontem à noite. Ele disse que ainda não foi comunicado oficialmente sobre o



FOTO LEITOR E IMAGEM TV GAZETA



**Bim da Ambulância (PSDB) pousou aeronave na Praia da Bacutia, no dia 27 de janeiro**

indiciamento, e que, assim que for procurado, vai apresentar a versão dele dos fatos. "No momento do pouso, não ha-

via ninguém próximo à aeronave. Não houve risco e eu tenho vídeos e fotos que comprovam meus argumentos", ga-

rantiu. Ainda segundo ele, as acusações não têm provas. "São acusações levianas e sem fundamento", concluiu.

## O CASO

Bim da Ambulância é vereador em Belo Horizonte e foi detido no dia 27 de janeiro, após pousar de helicóptero na praia da Bacutia, em Guarapari, onde havia dezenas de banhistas. A polícia disse que prendeu o político mineiro por entender que ele "não possuía qualquer motivo justificável" para pousar no local e "expôs a perigo a vida e a saúde dos banhistas".

Bim ficou preso no Centro de Detenção Provisória II de Viana e foi solto após a decisão da Justiça Federal no dia seguinte.

DIVULGAÇÃO POLÍCIA CIVIL - 27/01/2017



**VEREADOR** de Belo Horizonte, Rubens Gonçalves pousou aeronave na Bacutia

## Polícia indicia vereador que pousou helicóptero na praia

### GUARAPARI

O vereador de Belo Horizonte, Minas Gerais, Rubens Gonçalves de Brito, 34, mais conhecido como Bim da Ambulância, foi indiciado pela Polícia Civil do Espírito Santo por ter pousado o helicóptero que pilotava na areia da praia da Bacutia, em Guarapari, no dia 27 de janeiro.

O inquérito foi concluído pela Delegacia de Infrações Penais e Outros da Cidade Saúde. Rubens chegou a passar um dia preso após ser autuado por expor a perigo embarcação ou aeronave e também colocar a vida ou saúde de alguém em perigo direto.

Segundo o inquérito policial, o vereador não possuía qualquer

motivo que justificasse o pouso no meio da praia. "Rubens não relatou estar com nenhuma pane na aeronave ou outro motivo plausível para a realização de um pouso em local cheio de pessoas e sem as mínimas condições de segurança para a aeronave, seus tripulantes, os banhistas e os bens de terceiros. Situação esta que denota que o pouso foi realizado por mero capricho, sem se importar com as possíveis consequências".

De acordo com o documento, a banhista que chamou a polícia afirmou em depoimento que a praia estava lotada e as pessoas tiveram de sair de onde estavam para que o helicóptero pousasse.

O documento cita ainda o parecer número 22 da Agência Nacio-

nal de Aviação Civil, que determinou a interdição da aeronave e a suspensão do piloto.

Em depoimento na delegacia, o vereador disse que esteve na praia pela manhã e que decidiu buscar os familiares e um amigo de helicóptero, e que visualizou um campo aberto para poder realizar o pouso na praia.

Por telefone, a assessoria do vereador informou que teve acesso à conclusão do inquérito pela imprensa e que o parlamentar ainda não foi notificado oficialmente, mas que a postura é de tranquilidade, já que o juiz considerou a prisão ilegal. "Assim que o vereador for notificado, apresentará documentos necessários para embasar sua defesa".